



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MARECHAL DEODORO

Processo nº 23041.015927/2017-10
Pregão nº 07/2017
UASG: 158380

TERMO DE CONTRATO Nº 06/2018 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA REGULARIZAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O IFAL – CAMPUS MARECHAL DEODORO E A EMPRESA MAYA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA – ME.

O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - CAMPUS MARECHAL DEODORO, com sede na Rua Lourival Alfredo, 176, Poeira, Marechal Deodoro, Alagoas, CEP: 57.160-000, inscrito no CNPJ de nº 10.825.373/0002-36, neste ato representado pela sua Diretora Geral, Sra. MARÍLIA COSTA GOIS, inscrita na Cédula de Identidade sob nº 37035410 SEDS/AL, e no CPF nº 349.047.354-04, nomeada pela Portaria nº 995/2010, de 05/08/2010, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MAYA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.528.639/0001-11, sediada na Rua Maria Cândida, 2149 São Paulo - SP, CEP: 02071-013, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Beatriz Decarli Oliveira, portadora da Carteira de Identidade nº 392629392 e CPF nº 392.293.368-82, tendo em vista o que consta no Processo nº 23041.015927/2017-10 e em observância às disposições do Decreto Municipal nº 023, de 19 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Sistema de Autorização Ambiental Municipal e dá outras providências e revoga o Decreto nº 015/2001, de 12 de Julho de 2001, da Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 5.450/2005, nº 2.271/1997 e nº 7.892/2013, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de Abril de 2008 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e legislação correlata, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 07/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada/profissional especializado para prestação de serviços de consultoria para a regularização do licenciamento ambiental/ autorização ambiental de correção do Campus Marechal Deodoro do IFAL.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. DO OBJETO

Deverá ser feita a regularização ambiental do Campus Marechal Deodoro do Ifal, de modo a obter a Autorização ambiental de correção. Para isso, devem ser elaborados estudos por empresa especializada/profissional especializado para a obtenção da licença/ autorização junto à Secretaria Municipal de Meio ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura de Marechal Deodoro. Tal licença é pré-requisito



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

para o processo de regularização, o qual é exigido para os imóveis ou empreendimentos com construções já consolidadas, que estejam irregulares perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura de Marechal Deodoro, conforme Decreto Municipal nº 023, de 19 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Sistema de Autorização Ambiental Municipal e dá outras providências e revoga o Decreto nº 015/2001, de 12 de Julho de 2001.

Faz-se necessário ainda que a empresa/profissional de consultoria contratada faça o acompanhamento de todo o processo de licenciamento, desde a abertura até sua conclusão, o que inclui o pagamento das taxas e as publicações necessárias.

2.2. DO LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A apresentação dos referidos documentos deverá ser feita na Reitoria do Ifal - no 1º andar, sala 112 (Diretoria de Infraestrutura e Expansão - DÍEX), rua Odilon Vasconcelos, 103 (esquina com Av. Júlio Marques Luz) Jatiúca - Maceió - AL, devendo ser acertado previamente com a referida seção por meio do telefone (82) 3194-1159.

2.3. DO PRAZO DE ENTREGA

O contratado terá um prazo de até 2 (dois) meses, a partir da emissão da ordem de serviço, para entregar o estudo ambiental e o PGRS. Em relação às pendências solicitadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura de Marechal Deodoro, terá um prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data em que for dada ciência da solicitação, para resolvê-las e apresentá-las à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura de Marechal Deodoro.

2.4. DA GARANTIA E QUALIDADE

O serviço será considerado como executado, após a aprovação do órgão competente, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura de Marechal Deodoro, e da entrega da licença/ autorização.

2.5. DA VISTORIA

A LICITANTE poderá realizar vistoria nos campus, devendo efetuar todas as verificações necessárias, inteirando-se das condições do local e de seu entorno, verificando o grau de dificuldade dos trabalhos, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento das dificuldades e dos problemas associados ao mesmo.

Para a vistoria, o LICITANTE, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, acompanhado por servidor do Ifal designado para esse fim, devendo o agendamento ser previamente efetuado com a DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E EXPANSÃO/ Reitoria-Ifal, através do telefone (82) 3194-1159.

Deverá ser apresentada Declaração de Vistoria, para fins de comprovação de que está fora realizada no local onde serão executados/prestados os serviços. Caso opte por não realizar a vistoria, devido à complexidade e importância dos serviços envolvidos, o licitante deverá apresentar declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses** contados a partir de sua assinatura.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor total estimado para o contrato será de **R\$ 20.783,00 (vinte mil, setecentos e oitenta e três reais).**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL
1	Regularização Ambiental da Licença de Operação/ autorização ambiental de correção do Campus Marechal Deodoro , situado na Rua Lourival Alfredo, Nº 176, Poeira. Marechal Deodoro/AL. CEP 57160-000. Telefones: (82) 3194.6000/ 3263-1100 ÁREA CONSTRUÍDA: 3.609,14m² ÁREA DO TERRENO: 38.846,75m²	und	1	20.783,00	20.783,00

[Handwritten signatures and initials]

**5. CÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO IFAL**

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir sua(s) obrigação (ões) dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo;
- b) Fornecer à contratada todas as informações necessárias, como projetos e documentos dos terrenos, por exemplo, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva prestação dos serviços;
- d) Recusar com a devida justificativa, qualquer serviço prestado fora das especificações constantes no termo de referência;
- e) Efetuar o pagamento correspondente às faturas emitidas e devidamente;
- f) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a regularização das mesmas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar o serviço conforme especificações e demais condições contidas neste Termo de Referência, considerando ainda os pontos abaixo relacionados:
 1. **Requerimento de solicitação da Autorização ambiental de correção (modelo SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA DE MARECHAL DEODORO):** um ofício do Ifal direcionado ao secretário da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA DE MARECHAL DEODORO, listando todos os documentos que estão sendo entregues ao órgão. A consultoria deverá orientar o Ifal na elaboração deste documento e deverá anexar a ele o modelo de requerimento do SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA DE MARECHAL DEODORO;
 2. **Cadastro de atividade/ empreendimento - autorização:** o Ifal deverá entregar o formulário preenchido e assinado à consultoria;
 3. **Pagamento da taxa de autorização ambiental de correção:** de responsabilidade da consultoria ambiental, a qual deverá anexar ao processo a cópia do comprovante de pagamento;
 4. **Publicação no Diário Oficial do (modelo SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA DE MARECHAL DEODORO) do aviso de solicitação da Autorização ambiental de correção feita à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA DE MARECHAL DEODORO:** a publicação deverá ser feita pela consultoria, a qual deverá, inclusive, pagar as taxas de publicação;
 5. **Cópia da Certidão Negativa de Débito – CND do IFAL** - o Ifal deverá entregar o documento à consultoria;
 6. **Cópia do alvará de funcionamento do campus Marechal Deodoro-** o Ifal deverá entregar o documento à consultoria;
 7. **Certidão do Corpo de Bombeiros do Projeto de Combate a incêndio e Pânico:** o Ifal deverá entregar à consultoria;
 8. **Cópia do Registro do imóvel ou contrato de locação/ arrendamento** - o Ifal deverá entregar à consultoria;
 9. **Cópia do CPF e RG do responsável legal** - o Ifal deverá entregar à consultoria;
 10. **Cópia da conta de água atual ou declaração de abastecimento do SAAEE** - o Ifal deverá entregar à consultoria;
 11. **Cópia da Outorga (SEMARH) para o uso da água para utilização de poços tubulares fornecida pelo órgão competente (quando couber)** - o Ifal deverá entregar à consultoria;
 12. **Cópia do projeto de localização** - o Ifal deverá entregar à consultoria;
 13. **Cópia do projeto hidrosanitário ou declaração de ligação de esgoto na rede pública (SAAE)** - o Ifal deverá entregar à consultoria;
 14. **Projeto arquitetônico ou partido urbanístico com curvas de nível, assinados e com ARTs/RRTs:** os projetos já existem e estão na Diretoria de Infraestrutura e Expansão do Ifal, devendo a consultoria ambiental solicitá-los, indicando exatamente os projetos que deverão ser entregues;



15. **Estudos ambientais com as respectivas ARTs:** elaborados pela consultoria, conforme exigência do órgão licenciador;
16. **PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos) e PGRQ (Plano de Gerenciamento de Resíduos Químicos),** quando couber, com sua respectiva ART: elaborados pela consultoria.
17. **Laudo da vigilância sanitária,** quando couber: elaborado pela consultoria.
18. **Demais documentos exigidos pelo SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA DE MARECHAL DEODORO-AL ao longo do processo.**
- b) Programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito do Ifal;
- c) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e da proposta;
- d) Responsabilizar-se pela qualidade dos itens ofertados e por sua troca, sem quaisquer ônus adicionais para o Ifal, caso não se encontrem dentro das especificações estabelecidas neste Termo;
- e) Responder por todas as despesas decorrentes de taxas, tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, bem como as necessárias para a completa execução dos mesmos, inclusive as de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, **frete e deslocamentos**;
- f) Responder pelos danos causados diretamente ao Ifal, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento;
- g) Manter o **endereço, número de telefone e endereço de e-mail** permanentemente atualizados.
- h) Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.
- i) Refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, os serviços não realizados a contento.
- j) Possuir representação local com competência para responder pela matriz, visto que serão necessárias várias visitas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura de Marechal Deodoro - AL, à reitoria do Ifal (em Maceió-AL) e a alguns órgãos municipais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a emissão da Nota de Empenho e certificação da prestação dos serviços licitados, em nota fiscal emitida pela empresa vencedora do certame.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO PARA RETIRADA DOS INSTRUMENTOS

O compromisso da prestação dos serviços, de acordo com a necessidade e a critério do INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, será formalizado com a entrega da(s) Nota(s) de empenho pelo mesmo à(s) CONTRATADA(S), sendo regulada por todas as condições constantes do Termo e das respectivas Atas de Registro de Preços.

A(s) Nota(s) de empenho será(ão) entregue(s) pelo INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS à(s) CONTRATADA(S) até **05 (cinco) dias úteis** após a assinatura da mesma.

A(s) Nota(s) de Empenho será(ão) enviada(s) pelo INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS à(s) CONTRATADA(S) via fax ou e-mail, para o número e endereço eletrônico, informados na carta proposta da LICITANTE.

9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Seção II, Capítulo IV, da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, estipuladas as seguintes penalidades:

Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício mediante contra recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações descumpridas;

Multa de 0,03% (três centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do contrato no descumprimento



das obrigações assumidas, até o 30º (trigésimo) dia;
Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do contrato e rescisão contratual no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei n.º 8.666/93.
A multa aplicada será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração, ou cobrada judicialmente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/1993.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada, após a concessão de prazo para regularização, ensejará à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

A rescisão deste Contrato poderá ser, aplicando-se o disposto no art. 79 da Lei nº 8.666/1993: Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XI e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993;

Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

Judicial, nos termos da legislação.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da Contratante, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à Contratante, além das sanções previstas neste instrumento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todas as comunicações entre as partes, que impliquem em solicitação de serviços, controle de atendimento, reclamação, ou qualquer outra ocorrência digna de registro, serão feitas por escrito.

O presente contrato admite alterações, mediante termo aditivo, na forma do estabelecido no artigo 65 da Lei 8.666/1993.

Passam a integrar o presente Contrato, para todos os efeitos legais, como se aqui estivessem transcritos, o Edital de Pregão, seus anexos e a proposta da Contratada.

Caberá a CONTRATANTE a publicação deste instrumento o extrato no Diário Oficial da União, no prazo máximo de 20 (vinte) dias da data de sua assinatura.

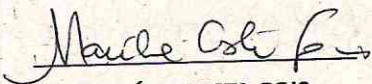
A CONTRATADA responderá por toda e qualquer responsabilidade, mesmo que aqui não esteja descrita, mas que a legislação ou a aplicação deste contrato assim o impuser.

O foro para dirimir questões relativas ao presente Instrumento Contratual será o Seção Judiciária de Alagoas – Justiça Federal (Sede – Maceió).

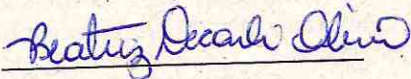


Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Marechal Deodoro (AL), 30 de maio de 2018.

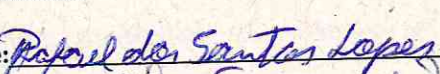


MARÍLIA COSTA GOIS
Representante do Contratante



Beatriz Decarli Oliveira
Representante da Contratada

Testemunhas:

Nome:  CPF: 335.813.648-59

Nome:  CPF: 026969044-13